

A proposta do governo e os aposentados

Com as reformas da Previdência, os aposentados que permanecem na carreira são os que entraram no serviço público antes de 2003, os quais têm isonomia, paridade e integralidade. A isonomia garante aos docentes de mesma classe, nível e carga horária a igualdade de vencimentos. A regra da integralidade assegura a totalidade da remuneração recebida no cargo em que se deu a aposentadoria, retirando as verbas de natureza indenizatória. Já a paridade garante aos aposentados as mesmas modificações de remuneração e os mesmos benefícios ou vantagens concedidos aos servidores ativos da carreira.

Portanto, os reajustes salariais propostos pelo governo se aplicam aos aposentados na sua totalidade. Os aposentados que são adjuntos (maioria Adjunto IV) serão contemplados com a alteração do percentual da classe de entrada para a classe C (Adjunto) de 5,5% para 6% e da alteração dos steps da classe C de 4% para 5%, proporcionando um reajuste de 16,7%, ou seja, o provento atual que é de R\$ 14.468,14 na proposta apresentada vai para R\$ 16.877,23 em maio de 2026.

Considerando os 9% de reajuste em 2023, o Adjunto IV terá 27,1% de reajuste no período 2023-2026 (Governo Lula 3), obtendo assim ganho real de 9,3% no período. Os demais, de acordo com a classe (Associado ou Titular) e nível em que aposentou, aos quais a proposta traz reajustes no período do Governo Lula de 24,6% a 28,3%. Desse modo, entendemos que houve avanços em relação às propostas anteriores e que as alterações nos steps proporcionou aumento do ganho real para o período.

Os que aposentaram depois de 2003 foram afetados também pelas reformas da Previdência. Estamos falando de docentes que entraram há 20 anos, portanto, não é de agora e é impossível o governo resolver isso sem o Congresso Nacional, pois qualquer alteração depende de aprovação de PEC (Projeto de Emenda Constitucional) e promessas nesse sentido, no momento atual, não passam de demagogia. Aos mais jovens na carreira, entrada após 2013, que irão aposentar no teto de aposentadoria (previdência social) e que aderiram ao Funpresp, o aumento nos vencimentos implicará no aumento da contrapartida do governo para a sua previdência complementar.

O Andes não diz, mas tem uma proposta maluca, pois irrealista: dar isonomia e paridade a todos os aposentados. Nós, do Proifes, apresentamos essa proposta acima, com modificações na carreira com valorização da Classe C (Adjuntos), que já vem valorizada desde baixo com a junção da A e B (numa Classe de Entrada). Isso produziu e produzirá um efeito cascata na C, ainda mais com os steps de 4,5% em 2025 e de 5% em 2026. É o possível nas atuais condições legais, políticas e econômicas. Há ainda o aumento no valor dos benefícios (alimentação, saúde e creche), mas que não contempla todos os aposentados. E diga-se de passagem, o Andes não assinou o acordo para o pagamento desses benefícios, que já estão na próxima folha. Como sempre o que querem mesmo são ganhos políticos sem apresentar nas mesas, espaço de interlocução com o governo, propostas viáveis e que tragam ganhos para a categoria.